

Rio



MISTÉRIO NO CHOPIN

Sumiço de moradora mobiliza vizinhos

Socialite Regina Gonçalves desaparece e gera versões sobre seu paradeiro



ABSOLVIÇÃO EM MASSA

Em três anos, dos 69 policiais acusados de homicídios no Rio, apenas um foi condenado

RAFAEL SOARES

reportagem especial

Entre 2016 e 2018, 69 policiais foram denunciados à Justiça do Rio por homicídios cometidos em serviço. A Promotoria considerou que os casos tinham indícios de execuções sumárias, execuções no uso da força ou até erros graves durante incursões em favelas, blitzes e abordagens. Ao todo, os agentes foram acusados pelas mortes de 46 pessoas — entre elas, uma estudante de 13 anos baleada na escola, uma turista espanhola que visitava a Rocinha e um entregador de pizza. Passados ao menos seis anos, o arquivamento prevaleceu. Um levantamento feito pelo GLOBO a partir de dados fornecidos pelo Ministério Público do Rio, via Lei de Acesso à Informação, mostra que, até hoje, só um desses policiais foi condenado.

A maior parte dos casos já está arquivada: 50 agentes (72% do total) foram inocentados por decisões de juízes, sem que os casos tenham sido levados a júri popular. Outros quatro foram analisados pelos jurados e foram absolvidos. Um policial não chegou a virar réu, porque a denúncia contra ele foi rejeitada pela Justiça. Três morreram antes da sentença. Processos contra dez dos agentes ainda estão tramitando: oito estão na fase de audiências e outros dois vão a júri popular.

SENTENÇA APÓS 10 ANOS

O único policial condenado é o subtenente Francimar Brito da Silva, hoje reformado. Quando estava na ativa, em 2014, foi responsável pelo tiro de fuzil que matou Alex Sandro da Silva Ramos, de 18 anos, na Vila Kennedy. O jovem voltava de uma festa, de moto, com um amigo na garupa, quando a patrulha do 14º BPM (Bangu) integrada por Silva deu ordem de parada. Segundo apó o comando, o PM atirou duas vezes na direção da moto. Um dos disparos atingiu Alex Sandro na parte de trás da cabeça. Ele morreu na hora.

Naquele dia, os policiais omitiram, em seus depoimentos, os disparos feitos por Silva e alegaram que foram atacados a tiros por ocupantes de outro veículo. A versão foi derubada pelo depoimento do amigo de Alex Sandro que estava na garupa da moto e por uma reprodução simulada feita no local do crime, concluído que somente Silva havia atirado. No último dia 21 de março — mais de dez anos após o crime —, o 3º Tribunal do Júri da capital condenou o subtenente a 14 anos de prisão. Os outros três agentes da patrulha foram absolvidos sob a alegação de que não atiraram. Silva nega as acusações e vai recorrer em liberdade.

A maioria dos casos analisados, no entanto, percorreu um caminho diferente na Justiça. Dos 50 policiais que tiveram seus processos arquivados

O DESTINO DE CADA UM DOS DENÚNCIADOS

Policiais denunciados entre 2016 e 2018 por homicídios em operações: 69



O GLOBO analisou as denúncias contra policiais militares e civis pelo crime de homicídio doloso entre 2016 a 2018 e filtrou apenas os cometidos por agentes em serviço. Foram excluídos crimes de homicídio e assassinato no ponto de militares. A partir daí, o andamento de cada um dos processos foi checado no site do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, analisando as denúncias e sentenças. Os processos analisados têm ao menos seis anos de marcha processual, com maior parte já sentenciada.



Para o juiz Daniel Cotta, "não foram produzidos indícios suficientes a demonstrar que Santos tenha sido o autor dos disparos". A decisão foi mantida em segunda instância. A mãe de Rafael, Lúcia Helena Camilo, não se conforma com o resultado do julgamento.

— Quando recebi a notícia da absolvição, senti como se meu filho tivesse sido morto novamente — lamenta Lúcia.

Na maior parte dos casos arquivados, as investigações se restringem aos depoimentos dos agentes e ao laudo cada- vérico da vítima. Os policiais acabam denunciados porque a prova técnica não corrobora a versão dos agentes, mas chama a atenção a falta de produção de provas: alguns inquéritos passaram mais de uma década por gavetas de delegados e promotores.

SEM PROVAS

Em caso de investigação leve- va à denúncia dos PMs Dyl- mir Santos e Marcelo Carva- lho da Silva pelo homicídio de Amauri Carvalho, em São Gonçalo, em 1998. O exame cadavérico mostrou que a víti- ma foi morta por um tiro de fu- zil no alto do crânio, disparado de cima para baixo — dinâmi- ca que contrapunha a versão de confronto dos agentes. Até dezembro de 2016, quando os policiais foram denunciados, nenhuma outra prova foi pro- duzida. Santos morreu antes de o caso ser julgado, e Silva acabou absolvido.

— Nesses casos, a produção de provas deixa muito a dese- jar. O Ministério Público tem total condição de pedir com- plementação, novos exames, reproduções simuladas. Co- mo isso não acontece, os in- quéritos são capengas: há in- dícios de execução, mas não existe punição porque não se avançou na produção de pro- vas — afirma o perito aposen- tado Cássio Thyone Rosa, que atua como assistente técnico da Defensoria Pública em ca- sos de violência policial.

Entre os processos que ain- da podem levar a condena- ções, há casos como o da me- nina Maria Eduarda da Con- ceição, de 13 anos, morta no pátio da escola, em 2017. Um cabo e um sargento aguardam a sentença que decidirá se serão levados a júri. A Justiça já determinou que os casos de outros dois PMs serão ava- liados por jurados: um sar- gento, réu por matar dois jo- vens ao confundir o macaco hidráulico com uma subme- tralhadora, em 2015, e um te- nente que atirou no carro da turista espanhola Maria Es- peranza Jimenez na Roc- nha, em 2017. Eles aguardam em liberdade.

Procurada para falar sobre produção de provas, a Polícia Civil informa que, se houve denúncia nos casos, "é porque havia elementos suficientes de autoria e materialidade". Sobre arquivamentos, diz ain- da que "não cabe à Polícia Civil arquivar inquéritos policiais". OMP não se manifestou.

"Quando recebi a notícia da absolvição, senti como se meu filho tivesse sido morto novamente"

Lúcia Helena Camilo, mãe de Rafael Camilo Neris

"Nesses casos, a produção de provas deixa muito a desejar. (...) Há indícios de execução, mas não existe punição porque não se avançou na produção de provas"

Cássio Thyone Rosa, perito aposentado



Trágica: O painel em homenagem a Maria Eduarda da Conceição, atingida por um tiro no pátio da escola em 2017, em andamento



sem ir a júri, 31 foram absolvi- dos sumariamente — vários durante a única audiência do processo — após o juiz se con- vencer de que de fato houve ti- ro e os policiais agiram em legítima defesa. Outros 19 fo- ram impronunciados, ou seja, o magistrado entendeu que não havia provas suficientes para levar o acusado a júri. Em nove dos 50 casos arquivados, a decisão do juiz contrariou o parecer do MP, que considera-

va haver provas suficientes pa- ra contestar a versão dos agen- tes. Um desses processos cul- minou na impronúncia do tenente Geison Alves dos Santos, do Batalhão de Ope- rações Especiais (Bope), que respondeu pelo homicídio do entregador de pizza Rafa- el Camilo Neris, de 23 anos. Em 28 de junho de 2015, o jo- vem estava a caminho da casa de parentes quando foi sur-

preendido por um tiro entre traficantes e PMs. O te- nente alega que encontrou Rafael baleado. Uma repro- dução simulada concluiu que a vítima foi atingida por quatro tiros nas pernas du- rante o confronto e, depois, já deitada no chão, foi execu- tada com mais três disparos a curta distância nas costas. Com base na prova pericial, a Promotoria pediu que San- tos fosse levado a júri popular.

Ero fatal. O protesto feito em 2015 por amigos dos jovens mortos por um sargento que confundiu um macaco hidráulico com um fuzil